

ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 53516.001728/2025-71

Considerações Iniciais:

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação para o atendimento de demanda formalizada pelo documento SEI nº 13907693.

As seções abaixo realizam análise pontual de diversos aspectos da demanda e da futura contratação, seguindo orientações presentes na [Instrução Normativa 58/2022](#).

O presente documento segue modelo básico da Anatel formatado para atender aos comandos da supracitada Instrução Normativa, apresentando as análises de forma entendida como mais lógica para a correta conclusão sobre a viabilidade ou não da contratação.

Após conclusão e aprovação do presente ele será incluído no Sistema ETP digital.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo: 53516.001728/2025-71.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina - GR03 tem seu acervo arquitetônico composto de duas edificações independentes entre si e situadas nos estados do Paraná e de Santa Catarina, totalizando área construída de aproximadamente 1.808,43 m² e 965,80 m², respectivamente.

2.2. A contratação de empresa especializada no fornecimento de seguro predial para cobertura dos danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, implosão, alagamento, inundações, derramamento acidental de sprinklers, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil para instalações, equipamentos eletrônicos e bens moveis indispensáveis ao funcionamento dos Edifícios Sedes da Anatel em Curitiba/PR e Florianópolis/SC é necessária para a preservação do patrimônio físico da Agência.

2.3. É imperiosa a contratação de empresa que preste tais serviços, pois que são de natureza contínua, demonstram a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, ou seja, permanente, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. Neste sentido, a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, art. 15, dispôs sobre os serviços prestados de forma contínua:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.4. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas:

CAPÍTULO V

DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a **vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.5. Os contratos de seguro celebrados pela Administração não podem ser classificados como contratos administrativos propriamente ditos, uma vez que são regidos predominantemente pelas regras do direito privado e pelas condições fixadas pelo órgão regulamentador competente, no caso, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2.6. Sobre esse dispositivo, Marçal Justen Filho ensina:

(...) a regra disciplina a hipótese em que a Administração Pública participe dos contratos ditos de direito privado. Tais contratos, no direito privado, apresentam caracteres próprios e não comportam que uma de suas partes exerça as prerrogativas atribuídas pelo regime jurídico de direito público, à Administração. (JUSTEN FILHO, 2010, p. 761) (grifo nosso)

2.7. Os contratos de seguro definem estipulações em favor de terceiro, por meio das quais “o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados” (art. 757 do Código Civil).

2.8. Assim, nada haveria de similar ou equivalente entre os contratos de seguro e os demais contratos de prestação de serviços ajustados pela Administração que permitisse tomá-los como de mesma espécie ou espécies de um mesmo gênero. Significa dizer que, por esse motivo, tais contratos devem ser avaliados a partir de seu regime jurídico próprio. Na realidade, esses contratos são privados, sendo-lhes aplicadas apenas as normas gerais contidas na Lei de Licitações que sejam compatíveis com o regime jurídico próprio incidente sobre a contratação.

2.9. Desta forma, demonstra-se fundamental a contratação de emissão de apólices de seguro predial para os Edifícios Sede da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, uma vez que o atual contrato vencerá em 25/10/2025, não tendo sido prevista prorrogação.

2.10. Nesse sentido, entende-se que a contratação do objeto em questão é essencial para a Agência e relevante para o interesse público, estando em consonância com as medidas de racionalização do gasto público, nos termos do art. 3º do [Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015](#).

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Área Requisitante: GR03AF.

3.2. Responsável: Mário Maito Neto.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da execução indireta:

4.1.1. O Decreto nº 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

estabelece, em seu art 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.1.2. Estando o serviço que se pretende contratar acolhido pelo normativo supracitado, decide-se por instruir o processo para análise da viabilidade da sua execução indireta, mediante de contratação de empresa que cumpra os requisitos a seguir elencados.

4.2. **Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

4.2.1. Requisitos Gerais:

4.2.1.1. O pregoeiro deverá verificar, previamente à fase de habilitação, a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos cadastros impeditivos de licitar ou contratar, em nome da empresa e de seus sócios;

4.2.1.2. Para a habilitação exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, a documentação prevista na Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. Requisitos Específicos:

4.2.2.1. Os serviços deverão ser prestados obedecendo às especificações contidas no Termo de Referência e nas normas técnicas vigentes.

4.2.2.2. Como qualificação técnica, a empresa licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividades compatíveis em características e quantidade com o objeto da licitação.

4.2.2.3. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional (SUSEP), em plena validade.

4.3. **Natureza do serviço:**

4.3.1. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados de forma contínua, visto que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.4. **Critérios e práticas de sustentabilidade:**

4.4.1. Deverão ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade, no que couber, o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#).

4.5. **Avaliação da duração inicial do contrato:**

4.5.1. O contrato decorrente deste processo terá duração de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 10 (dez) anos, desde que haja interesse de ambas as partes, conforme disposto pelo artigo 106 da Lei 14.133.

4.5.2. A nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021) trouxe a possibilidade de a

Administração celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, devendo, em caso de contratação plurianual, atestar a vantajosidade econômica da escolha do período de vigência, e atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários e a vantagem em sua manutenção (art. 106 e incisos I e II).

4.5.3. Não há, portanto, obrigatoriedade de que o prazo inicial de um contrato continuado seja fixado inicialmente em 12 (doze) meses. Na falta de obrigação legal pode a administração optar por prazo diverso, passível de prorrogação por iguais períodos até o máximo de 120 (cento e vinte), é juridicamente possível.

4.5.4. Muitas vezes, o que ocorre é que a renovação dos contratos de execução continuada, como os de limpeza, copeiragem, vigilância, locação de veículos etc. não têm o condão de obter condições mais vantajosas para a administração, vez que as empresas CONTRATADAS por 12 (doze) meses se negam a oferecer melhores preços frente à forte expectativa de renovação do acordo. Isto porque, caso a Administração não renove o contrato, terá sérios problemas para ultimar nova licitação em prazo bastante exíguo, recorrendo, via de regra, à dispensa de licitação por emergência (art. 75, IVIII da lei nº 14.133/2021). Conforme se depreende, portanto, o poder público resta com reduzida capacidade de negociação.

4.5.5. O contrato mais longo propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente pode melhorar sua margem de retorno e repassar à administração um preço mais competitivo, ante uma contratação de 12 (doze) meses. Ora, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos fixos e iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Não obstante, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulta em benefícios econômicos e operacionais para o órgão Contratante e para a Contratada, que, novamente, diante de um contrato mais prolongado, pode ofertar melhor preço.

4.5.6. Neste diapasão, a interpretação do art. 107 da lei nº 14.133/2021 que possibilitaria um melhor cumprimento do princípio da "supremacia constitucional" é no sentido de que a contratação de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal. Agindo desta forma, a Administração poderia, sem sombra de dúvidas, realizar negócios mais vantajosos, por menores preços, resguardando a um só tempo a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a economicidade.

4.5.7. Considerando, ainda, as vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos da Anatel) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial) para a Anatel, sugere-se a formalização do contrato com vigência de 60 (sessenta) meses.

4.5.8. Por fim, cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 106, inciso III, ainda permite à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Assim, caso a Administração constate, durante a vigência do contrato, que este não apresenta mais vantajosidade, poderá providenciar sua extinção, sem ônus para a Administração, na próxima data de aniversário do contrato (não podendo ocorrer em prazo inferior a 2 meses, contado da referida data). Verifica-se, desta forma, que o legislador não só permitiu uma maior vigência do período contratual, como também criou mecanismos para seu encerramento precoce, caso o contrato não se mostre mais vantajoso.

4.6. **Riscos relacionados à não celebração do contrato**

4.6.1. A não celebração do contrato acarreta na descontinuidade dos serviços, o que impacta negativamente no atendimento das demandas do público interno e externo da Agência, prejudicando assim o desenvolvimento das atribuições legais e regimentais da Anatel voltadas às atividades finalísticas e ao alcance dos seus objetivos.

4.7. **Necessidade de transição contratual:**

4.7.1. Não se vislumbra, a princípio, a necessidade de transição contratual, já que a natureza do objeto e a padronização do mercado tornam desnecessárias a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

5.1.1. Alternativa 1: Contratação de serviço de seguro predial

a) Descrição: Contratação de empresa para o fornecimento de apólice de seguro predial, conforme modelo atual adotado pela Anatel.

b) Pontos positivos: Proteção do patrimônio da Anatel em caso de eventual sinistro.

c) Pontos negativos: Necessidade de gestão de contrato, custos com a apólice.

5.1.2. Alternativa 2: Não realizar a contratação

a) Descrição: Deixar de realizar a contratação de seguro predial, arcando com os riscos de eventual sinistro.

b) Pontos positivos: Não há necessidade de gestão de contrato, nem custos com a contratação.

c) Pontos negativos: Anatel deverá arcar com os custos totais de eventual sinistro nos imóveis.

5.2. **Da consulta ou audiência pública**

5.2.1. A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

5.3. **Justificativa da alternativa escolhida**

5.3.1. De acordo com o Decreto-Lei nº 73/66 e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), é obrigatória a contratação de seguro para edifícios divididos em unidades autônomas, contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns. Este Seguro Compreensivo é enquadrado no ramo Compreensivo Condomínio. (Disponível em: SUSEP www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/seguros/seguro-compreensivo-1-2-3-seguro).

5.3.2. Assim, tendo em vista a determinação legal, e ainda os benefícios da contratação dos serviços de seguro predial, entende-se que a alternativa 1 é a que melhor atende ao interesse público. Destaca-se ainda que essa opção foi a adotada pela Anatel sede e diversas Gerências Regionais.

5.4. **Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como bem e serviço comum.**

5.4.1. Consideradas as características dos serviços a serem contratados, observa-se que possuem especificações usuais de mercado, enquadrando-se no conceito de **objeto comum**, sendo objetivamente definidos neste documento, conforme previsto nos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Contratação do serviço de emissão de apólices de seguro predial para os Edifícios Sede da

Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em Curitiba/PR, e da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, pelo **período de 5 (cinco) anos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência:

Grupo	Item	Descrição/especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade de Apólices (Anos de Cobertura)	Preço Unitário Previsto da Apólice (R\$)	Preço Total Previsto das Apólices (R\$)
1	1	Serviço de emissão de apólice de seguro predial, com vigência de 12 meses, para cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, quebra de vidros, alagamento e inundações nas instalações ou nos bens móveis ou equipamentos eletrônicos, furto qualificado e roubo de bens e/ou equipamentos eletrônicos existentes no interior do Edifício Sede da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina - GR03, em Curitiba/PR	30126	UNIDADE de apólice de seguro com vigência de 12 meses	5	15.223,91	76.119,55
	2	Serviço de emissão de apólice de seguro predial, com vigência de 12 meses, para cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, quebra de vidros, alagamento e inundações nas instalações ou nos bens móveis ou equipamentos eletrônicos, furto qualificado e roubo de bens e/ou equipamentos eletrônicos existentes no interior dos Edifício Sede da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina - UO031, em Florianópolis/SC	30126	UNIDADE de apólice de seguro com vigência de 12 meses	5	7.018,13	35.090,65
VALOR TOTAL PREVISTO DOS SERVIÇOS						R\$ 111.210,20	

6.1.1. A contratada deverá oferecer apólice de seguro, com a cobertura dos bens elencados na Tabela Referencial I-A e Tabela Referencial I-B, do item 7, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo. As coberturas adicionais deverão ser contratadas por risco absoluto, conforme Tabela Referencial II-A e Tabela Referencial II-B.

6.2. Da apólice

6.2.1. A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15 (quinze) dias contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato.

6.2.2. Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais e, quando houver, das Condições Particulares para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

- a) A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- b) O número do processo administrativo da Anatel que identifica o plano comercializado;
- c) As datas de início e fim de sua vigência;
- d) As coberturas contratadas;
- e) O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;
- f) O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- g) O nome ou a razão social do segurado;
- h) O nome ou a razão social do beneficiário, quando for o caso;
- i) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo (bens móveis), cujos valores em riscos constam das tabelas referenciais;
- j) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
- k) A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

6.3. Requisitos Específicos

6.3.1. Dos riscos cobertos

6.3.1.1. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

- a) **Cobertura Básica**, isenta de franquia, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;
- b) **Coberturas Acessórias** para danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação.
- c) O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

6.3.2. Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, O CONJUNTO, FORMADO POR TODOS ELES, SERÁ INTERPRETADO COMO UMA ÚNICA “OCORRÊNCIA”.

6.3.3. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à CONTRATANTE, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

6.3.4. Os eventuais desembolsos efetuados pela CONTRATANTE, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

6.3.5. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- Despesas comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a

ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

- Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

6.3.6. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- Despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;
- Valor referente aos danos materiais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;
- Danos sofridos pelos bens segurados.

6.3.7. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

6.4. Do endosso

6.4.1. A CONTRATANTE poderá solicitar alteração na apólice, cabendo à contratada endossá-las.

6.5. Da vigência da apólice

6.5.1. A vigência da apólice de seguro será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua emissão. Durante a vigência do contrato, a empresa contratada deverá providenciar a emissão de nova apólice sempre que a atual vencer.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. O método a ser utilizado para quantificar a contratação será a verificação do patrimônio da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, através de laudos de avaliação dos imóveis e de relatórios de bens.

7.2. A cobertura a que se pretende contratar visa resguardar o patrimônio da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, conforme detalhado na Tabela Referencial I-A e na Tabela Referencial I-B, a seguir.

7.3. A cobertura por seguro destina-se aos bens elencados na Tabela Referencial I-A e na Tabela Referencial I-B, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco relativo. As coberturas adicionais (danos elétricos e demais) deverão ser contratadas por risco absoluto, conforme Tabela Referencial II-A e Tabela Referencial II-B, a seguir.

Tabela Referencial I-A - Anatel/PR (GR03)

VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD		
Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina		
Descrição dos bens	Área (m²)	VRD (R\$)
1. Edifício GR03 (Imóvel) , Av. Vicente Machado, 720, Batel, Curitiba, PR, CEP: 80.420-011 (Salas de trabalho e estacionamento) Laudo Avaliação imóvel Curitiba - (Processo SEI nº 53500.344357/2022-46, SEI nº 10255417, atualizado pelo IPCA - SEI nº 13970213)	1.808,43	R\$ 12.284.780,91
2. Conteúdo GR03 (Bens Móveis) bens da GR03 menos bens da UO (SEI nº 13970049)	-	R\$ 10.445.739,79
3. Estoque de Material de Consumo	-	0,00

TOTAL	1.808,43	R\$ 22.730.520,70
--------------	-----------------	--------------------------

Tabela Referencial I-B - Anatel/SC (UO031)

VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina		
Descrição dos bens	Área (m²)	VRD (R\$)
1. Edifício UO031 (Imóvel) , Rua Saldanha Marinho, 205, Centro, Florianópolis, SC, CEP: 88.010-450 (Salas de trabalho e garagem) Laudo Avaliação imóvel Florianópolis - (Processo SEI nº 53500.344357/2022-46, SEI nº 10255440, atualizado pelo IPCA - SEI nº 13970213)	965,80	R\$ 6.556.298,17
2. Conteúdo UO031 (Bens Móveis) Bens da UO031 (SEI nº 13970049)	-	R\$ 3.663.661,88
3. Estoque de Material de Consumo	-	0,00
TOTAL	965,80	R\$ 10.219.960,05

Tabela Referencial II-A - Anatel/PR (GR03)

LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO (LMI) E FRANQUIAS Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina Av. Vicente Machado, 720, Batel, Curitiba, PR, CEP: 80.420-011			
Coberturas	Risco	LMI (R\$)	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, queda de aeronave	Relativo	R\$ 22.730.520,70	Sem franquia
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Quebra de vidros, inclusive pele de vidro/Espelhos/Mármore	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Vendaval, ciclone, tornado, granizo	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Alagamento e inundações	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (<i>sprinklers</i>)	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Tumultos, greves, <i>lockouts</i>	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$ 1.079.699,73	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

Tabela Referencial II-B - Anatel/SC (UO031)

LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO (LMI) E FRANQUIAS Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina Rua Saldanha Marinho, 205, Centro, Florianópolis, SC, CEP: 88.010-450			
Coberturas	Risco	LMI (R\$)	Franquias
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, queda de aeronave	Relativo	R\$ 10.219.960,05	Sem franquia
Danos elétricos	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

Quebra de vidros, inclusive pele de vidro/Espelhos/Mármores	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade civil	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Vendaval, ciclone, tornado, granizo	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Alagamento e inundações	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (<i>sprinklers</i>)	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Tumultos, greves, <i>lockouts</i>	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$ 485.448,10	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00

7.3.1. Para a estimativa do limite máximo de indenização da cobertura obrigatória foi considerado o valor total do risco declarado (VRD). Por sua vez, o VRD constitui-se do somatório de bens imóveis, móveis e estoque de material de consumo.

7.3.2. Para a estimativa do limite máximo de indenização das coberturas acessórias foi aplicado ao VRD o percentual de sinistralidade de seguros patrimoniais de 38% (p. 23 do Relatório da SUSEP, SEI 6229201). Cálculo detalhado GR03: R\$ 22.730.520,70 * 0,38 / 8 = R\$ 1.079.699,73 (variáveis: coberturas acessórias sob risco absoluto) / Cálculo detalhado UO031: R\$ 10.219.960,05 * 0,38 / 8 = R\$ 485.448,10 (variáveis: coberturas acessórias sob risco absoluto) .

7.3.3. De acordo com o Decreto-Lei nº 73/66 e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), é obrigatória a contratação de seguro para edifícios divididos em unidades autônomas, contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns. Este Seguro Compreensivo é enquadrado no ramo Compreensivo Condomínio. (Disponível em: SUSEP [www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/seguros/seguro-compreensivo-1 2/3 seguro](http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/seguros/seguro-compreensivo-1%203%20seguro))

7.3.4. Conforme orientações da SUSEP:

O limite máximo de garantia pode ser contratado sob três formas:

- Risco Absoluto;
- Risco Relativo;
- Risco Total;

Para entendermos os possíveis modos de contratação dos limites máximos de garantia de cada uma das coberturas, daremos a seguir algumas informações:

- Limite Máximo de Garantia (LMG): é livremente estipulado, pelo próprio segurado, para cada uma das coberturas contratadas, e representa o limite máximo de responsabilidade que a seguradora deverá pagar (indenização);
- Cláusula de Rateio: condição contratual que prevê a possibilidade do segurado assumir uma proporção da indenização do seguro quando o valor em risco declarado for inferior ao valor em risco apurado no momento do sinistro;
- Valor em Risco (VR): é o valor total de reposição dos bens segurados imediatamente antes da ocorrência do sinistro;

...

Risco Absoluto

Nessa forma de contratação, o segurador responde pelos prejuízos, integralmente, até o montante do limite máximo de garantia, deduzidas eventuais franquias. Não haverá, em hipótese alguma, aplicação de cláusula de rateio.

Risco Relativo

Sempre que houver a probabilidade de qualquer bem do segurado, num determinado local, ser atingido por um mesmo evento, sem que o dano seja total, é, normalmente, utilizada a forma de contratação a risco relativo.

O seguro a primeiro risco relativo é bastante comum nos ramos Compreensivos e Riscos Nomeados e Operacionais.

Nesse tipo de contratação o segurado declara, no momento da contratação, o valor em risco dos bens (valor em risco declarado – VRD).

No momento do sinistro, é apurado o valor em risco dos bens (VRA). Se esse valor for superior ao valor em risco declarado, haverá aplicação da cláusula de rateio e a indenização será reduzida na proporção da diferença entre o prêmio pago e aquele que seria efetivamente devido...

Exemplo: Suponha que o segurado contratou um seguro e declarou o valor em risco (VRD) como sendo igual a R\$ 40.000,00. Ocorrido o sinistro, o perito (regulador de sinistro) apurou o valor em risco e esse valor foi igual a R\$ 50.000,00. O prejuízo foi igual a R\$ 2.000,00.

Como há insuficiência, ou seja, $VRD < VRA$ será aplicada a cláusula de rateio...

Risco Total

No momento da contratação do seguro, é possível conhecer o valor dos bens expostos ao risco, estabelecendo-se esse valor como montante do limite máximo de garantia, que é fixado pelo segurado. Assim, esse montante será igual ao valor atual do bem, ou múltiplo deste ($LMG = k \cdot VA$).

Na ocorrência do sinistro, quando esse LMG é compatível com o valor apurado naquele momento, a seguradora arca sozinha com o prejuízo até o limite máximo de indenização, ou seja, não será aplicada cláusula de rateio. Porém, se, na data do sinistro, for constatado que o valor do objeto é superior ao valor segurado ($LMG < VRA$) haverá rateio... (Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/seguros/seguro-de-danos>. Acesso em 25 nov 2020).

7.3.5. O estabelecimento de franquia na contratação seguiu orientações da SUSEP. Assim, utilizou-se a metodologia de franquias dedutíveis, mais comum no mercado, assim, não há aplicação de franquias na cobertura básica. Por conseguinte, a utilização de franquia na cobertura acessória contribui para a redução do prêmio do seguro. Em outras palavras, a Anatel cumpre a legislação com a contratação do seguro de seus imóveis e adota uma modalidade que trará maior economicidade na contratação, além de atrair potenciais competidores para participarem da licitação. Segue trecho das orientações retiradas no site da SUSEP:

4.1.8) Franquias

As franquias são elementos contratuais que estabelecem faixa mínima de prejuízo pelo qual o segurador não responde.

As franquias podem ser fixadas em valor absoluto ou como percentual da Importância Segurada ou dos prejuízos indenizáveis. São de dois tipos:

4.1.8.1) Franquias Simples

Pela cláusula de franquia simples, os sinistros, até determinado valor preestabelecido, são suportados, integralmente, pelo segurado. Porém, aqueles que excederem o limite contratual serão indenizados pelo seu valor total, sem qualquer participação do segurado.

O sistema de franquia simples objetiva:

- eliminação de indenizações muito baixas, mas que determinam consideráveis gastos administrativos;
- eliminação de sinistros de indenizações não relevantes, mas de certa frequência, e que se caracterizam com uma “perda normal esperada”. Por isso mesmo, não devem ser assumidos pelo segurador.

Exemplo: Suponha um seguro com os seguintes dados:

- Importância Segurada (IS) = R\$ 1.000,00

- Franquia Simples = R\$ 200,00

- Caso 1: Prejuízo de R\$ 150,00, como o valor do prejuízo foi inferior ao valor da franquia, não haverá pagamento de indenização por parte da seguradora.

- Caso 2: Prejuízo de R\$ 300,00, como o valor do prejuízo foi superior ao valor da franquia, haverá pagamento de indenização por parte da seguradora.

- Cálculo da Indenização: Indenização = Prejuízo = R\$ 300,00.

4.1.8.2) Franquias Dedutíveis

São aquelas cujos valores são deduzidos de todos os prejuízos [\[22\]](#). Esses tipos de franquias são a mais utilizadas.

O sistema de franquia dedutível objetiva otimizar a situação preventiva do segurado, já que este participa obrigatoriamente dos prejuízos.

Exemplo: Dados de um contrato de seguro:

- Importância Segurada = R\$ 1.000,00

- Franquia dedutível = R\$ 200,00

- Caso 1: Prejuízo de R\$ 150,00, como o prejuízo foi inferior ao valor da franquia não haverá pagamento de indenização por parte da seguradora.

- Caso 2: Prejuízo de R\$ 300,00, como o prejuízo foi superior ao valor da franquia, haverá pagamento de indenização por parte da seguradora.

- Cálculo da indenização = Prejuízo – Franquia = R\$300,00 – R\$200,00 = R\$ 100,00.

OBSERVAÇÕES:

1ª) A introdução de franquias resulta, naturalmente, em redução de prêmio, já que os sinistros a cargo do segurador diminuem.

2ª) Não há aplicação de franquias na cobertura básica.

3ª) As franquias dedutíveis são adotadas na grande maioria das coberturas adicionais ou acessórias. (grifo nosso)

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A pesquisa de preços para formação de valores de referência utilizará os parâmetros contidos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021](#), com priorização dos parâmetros contidos nos incisos I e II do art 5º da referida norma, a saber:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

8.2. Os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da contratação são:

8.2.1. R\$ 111.210,20 (cento e onze mil duzentos e dez reais e vinte centavos) .

8.3. Os valores foram estimados com base nos valores constantes no contrato atual (SEI nº 12745030), corrigido pelo IPCA do período.

8.4. Cabe esclarecer que a estimativa de preços dos Estudos Preliminares, utilizada para análise da viabilidade da contratação, não se confunde com a pesquisa de preços a ser realizada no momento da elaboração do Termo de Referência.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. Nesse sentido, a fim de fundamentar a decisão quanto ao parcelamento ou não do objeto, serão avaliados os seguintes quesitos, elaborados a partir das [orientações](#) do TCU sobre o tema:

9.3. **É tecnicamente viável dividir a solução?**

9.3.1. Sim, é tecnicamente viável dividir a solução e, por ser a regra, foi o modelo adotado nos últimos contratos.

9.3.2. Porém, embora viável do ponto de vista técnico, o parcelamento não tem trazido vantagem para a competitividade dos certames relacionados ao objeto da presente licitação, tendo em vista que as empresas que oferecem o serviço - seguradoras - estão sediadas no Polo Financeiro

de São Paulo, tornando o parcelamento do objeto uma mera opção burocrática.

9.3.3. O que se tem observado nos contratos anteriores é que, mesmo com a divisão da solução, as empresas que fazem a melhor oferta para a Anatel/PR são as mesmas que fazem a melhor oferta para a Anatel/SC, tendo o efeito prático apenas de ampliar o custo administrativo dos contratos.

9.4. **É economicamente viável dividir a solução?**

9.4.1. É importante considerar que, como dito no item anterior, as seguradoras estão concentradas no Polo Financeiro de São Paulo, portanto a divisão do objeto não traria vantagens do ponto de vista econômico, já que o parcelamento não ampliaria a participação de empresas no pregão, portanto não reduziria os custos para a administração.

9.4.2. Não só os custos não seriam reduzidos como, ao contrário, os custos administrativos de se ter dois contratos seriam maiores, portanto o custo-benefício torna inviável a divisão da solução.

9.5. **Não há perda de escala ao dividir a solução?**

9.5.1. Acredita-se que a divisão da solução traria uma perda de escala, pois aumenta o custo administrativo não apenas para a administração pública, mas também para a empresa contratada, a qual, sabendo de antemão que dará lances para lotes separados, acaba desconsiderando esse ganho de escala em sua proposta.

9.5.2. Assim, na prática, ainda que a licitante ganhe os dois lotes e usufrua do ganho de escala, este ganho não é refletido para a administração pública.

9.6. **Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?**

9.6.1. Embora seja possível, no caso concreto da presente contratação não se considera que a divisão da solução culmine com um melhor aproveitamento do mercado e com a ampliação da competitividade do certame, pelas razões expostas nos subitens anteriores.

9.7. Conclui-se que a solução não deve ser parcelada, uma vez que, não se considera viável do ponto de vista técnico nem econômico a divisão da solução, pelos motivos aqui expostos e levando em consideração que cabe à administração pública tomar decisões que levem em consideração o princípio constitucional e legal da eficiência.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Atualmente, a unidade possui contrato firmado com a empresa ALLSEG SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.865.360/0001-27 (SEI nº 12745030), para prestação dos serviços em tela, com vigência até 25/10/2025. A nova contratação visa substituir esse contrato.

10.2. Não foram verificadas outras contratações que guardam relação ou afinidade com o objeto da contratação pretendida, ou que impactam ou são impactadas direta ou indiretamente pela contratação em estudo.

11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. As diretrizes estratégicas da Anatel constam no [Plano Estratégico 2023 a 2027](#), publicado em novembro de 2022.

11.3. A Visão institucional da Anatel é definida no Plano Estratégico como sendo: "Ser uma instituição ativa na transformação digital no país, promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade".

11.5. A Agência tem como missão "Promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade".

11.7. O referido Plano Estratégico define ainda como valores: "Inovação Segurança Regulatória Foco em resultados e efetividade Construção Participativa".

11.9. Nesse sentido, verifica-se que a presente contratação se alinha na Perspectiva de Processos de Gestão Interna dentro do planejamento estratégico da Agência, ao seguinte objetivo:

Gestão de Excelência

4C - Garantir a agilidade da gestão e a adequabilidade da infraestrutura interna com o uso das tecnologias da informação e comunicação.

11.11. No mais, consigna-se que a presente contratação consta na lista de Projetos aprovados no Plano Anual de Contratações para o ano de 2025, conforme tabela constante no Documento de Formalização de Demanda (DFD) 13907693.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Como benefícios resultantes desta contratação espera-se assegurar o patrimônio da Anatel com a contratação de seguro predial para a cobertura de danos consequentes de incêndio, raio, vendaval, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo, quebra de vidros, incluindo a pele de vidros, alagamento e inundações, nas instalações, nos equipamentos eletrônicos e nos bens móveis indispensáveis ao funcionamento dos Edifícios Sede Gerência Regional da Anatel nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em Curitiba/PR, e da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina, em Florianópolis/SC.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Cabe destacar que o contrato atual tem vigência até 25/10/2025, assim, a nova contratação deverá entrar em vigor apenas após essa data, ou antes, se o contrato vigente for rescindido antes do término de sua vigência. Assim, a unidade gestora deverá se atentar a essa situação.

13.2. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual, em relação ao modelo já adotado.

13.3. Também não se vislumbra a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços, uma vez que a tendência é que sejam mantidos os mesmos fiscais que atuam na contratação atual. No entanto, havendo alteração dos fiscais, recomenda-se que os servidores sejam capacitados previamente para essa atividade, questão que deve ser analisada pelo gestor do contrato.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. De modo a evitar e/ou minimizar possíveis impactos ambientais relacionados ao objeto da presente contratação, a Contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos no presente documento.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Assim, diante do exposto acima, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando sua adequação ao atendimento da necessidade a qual se destina, consoante o inciso XIII, art 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

Em cumprimento ao disposto no inciso XIII, art 9º da IN 58 de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME, e ao inciso I do art. 14 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, e pela autoridade competente, a qual aprova o presente documento de planejamento, com fulcro no art. 7º § 2º da Resolução Interna 214, de 23 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Cavalcante de Holanda Bezerra, Analista Administrativo**, em 16/07/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Silva Lopes, Técnico Administrativo**, em 16/07/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Maito Neto, Coordenador Regional de Processo**, em 16/07/2025, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **13935481** e o código CRC **0E0526A3**.

Referência: Processo nº 53516.001728/2025-71

SEI nº 13935481